

Entrevista com Paul Denis

Entrevista concedida por Paul Denis, Membro Titular da Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), em 10 de agosto de 2007, na sede da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, à comissão editorial da Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre: Anette Blaya Luz (editora), Gisha Brodacz, Lúcia Thaler, Luciane Falcão e José Carlos Calich, diretor de Publicações da SPPA. Paul Denis esteve na SPPA acompanhado de sua esposa, Martine Guez, também psicanalista da SPP.



RP – *Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer sua presença e manifestar nossa grande satisfação de podermos realizar este encontro com uma pessoa tão importante no meio psicanalítico internacional. O Dr. Paul Denis foi editor da Revue Française de Psychanalyse durante oito anos. O nosso principal objetivo hoje é poder ouvi-lo com relação a essa sua experiência como editor. Mas, antes disso, gostaríamos que o senhor nos falasse um pouco da sua formação, experiência e atuais envolvimento com a psicanálise. O senhor também poderia nos contar um pouco sobre sua experiência com crianças, já que trabalhou tantos anos na equipe do centro Alfred Binet em Paris.*

PD – Há duas circunstâncias. A primeira tem a ver com as circunstâncias familiares que me levaram à medicina. Meu pai, devido à guerra, interrompeu seus estudos de medicina e nunca mais retomou. Minha mãe era filha de médico, seu pai era psiquiatra. Ele escrevera uma tese sobre a histeria por volta do ano de 1900. Apesar de não ter se aproximado da psicanálise, lidava com doentes mentais e exercia um tipo de psicoterapia. Usava muito material literário porque era escritor também, escrevia poemas. Defendeu duas teses: uma em medicina sobre Galien e a outra em letras sobre Michelet. Sei pouco sobre sua vida, mas minha mãe o admirava muito e isso favoreceu incontestavelmente minha vocação médica e psiquiátrica. Além disso, um meio-irmão do meu pai – bem mais jovem que ele – se tornou psiquiatra e iniciou uma formação psicanalítica na Sociedade Psicanalítica de Paris. Ele nunca concluiu tal formação, mas me aconselhou a fazer psicanálise. Eu comecei meus estudos na medicina e pensava ser cirurgião ou talvez neurocirurgião, até que fiz uma residência médica em neurologia e comecei a me interessar aos poucos pela psiquiatria, isso nos anos de 1968-1969. Em maio de 1968, eu fazia parte de um pequeno grupo de residentes em psiquiatria e em medicina geral que militou para separar a neurologia da psiquiatria. Nós contribuimos de fato para a separação das duas especialidades. Desse grupo participavam Bernard Brusset e Bernard Penaud. Além do nosso grupo de residentes, outras pessoas defendiam essa idéia. Na residência médica, depois de muita neurologia, precisei fazer psiquiatria. Então pedi transferência como residente para o *XIII^o Arrondissement* de Paris, onde fiz um ano de residência no serviço de atendimento a adultos, na época dirigido por Philippe Paumelle, que fora o promotor da política de setor na França e um homem genial no plano da organização da psiquiatria e das estruturas de atendimento. Em seguida, fui residente de Serge Lebovici no *XIII^o*, onde conheci os ensinamentos de René Diatkine, Serge Lebovici, Evelyne Kestemberg – que Luciane Falcão também conheceu alguns anos mais tarde. Eles formavam um trio

estimulante, ensinavam muito bem e tinham muitas idéias. Nunca ficavam presos a idéias preconcebidas, sempre questionavam. Eram ativos e realmente me ensinaram muito. Paralelamente, iniciei uma psicanálise pessoal na Sociedade Psicanalítica de Paris com um psicanalista discreto, que eu nunca via por lá, exceto quando me tornei membro efetivo e o encontrei uma ou duas vezes na Comissão de Ensino. Esse psicanalista foi Jean Mallet, que analisou ou reanalisou muitos colegas, entre eles André Green, que fez uma de suas três análises com ele. Mallet era um homem quieto, falava pouco, mas sempre estava presente, escutava e dava sinais de que recebia o que lhe era dito. Permaneci longo tempo em análise com ele, quatorze anos, mais tempo do que é costume fazer em Paris, acho que por causa da sua reserva, além do fato de que eu tinha uma vida familiar complicada e precisava de um homem muito tranqüilo que me escutasse bem. Em geral, uma análise dura em média seis ou sete anos. Mas muitos analistas fazem reanálise depois de terem concluído sua formação. Pierre Marty, o fundador da Escola de Psicossomática, fez três etapas de dois anos com o mesmo psicanalista, Grumberger.

Durante meus anos de residência, tive a sorte de conhecer Pierre Marty. Como eu tinha a idéia de ser neurocirurgião, fui para o serviço de neurocirurgia do professor Marcel David, cujo filho, Christian David, era um excelente psicanalista da Sociedade Psicanalítica de Paris e trabalhava com Pierre Marty. Os dois, juntamente com Michel de M'Uzan, foram os fundadores da Escola Francesa de Psicossomática. No serviço de Marcel David, havia um atendimento de psicossomática, onde as consultas eram feitas por Pierre Marty e Christian David. Assisti, então, a consultas apaixonantes tanto de um quanto do outro – o estilo deles era muito diferente - quando eu apenas começava minha análise.

Continuei a minha formação e durante anos trabalhei muito com psicanálise e psiquiatria infantil. Trabalhei como médico e psiquiatra infantil numa instituição que atendia setenta crianças entre sete e quatorze anos. Nesse momento, comecei a me dedicar ao período de latência e, a pedido de Serge Lebovici, escrevi um trabalho sobre este assunto. Foi no internato médico, psicológico e pedagógico do COSOR, em Saint-Germain-en-Laye, que hoje não existe mais. Era um bom internato infantil. Interessei-me bastante, então, pela psicomotricidade, assunto que não era muito estudado pelos psicanalistas. Algumas pessoas trabalhavam com relaxamento, com reeducação em psicomotricidade, mas a motricidade em si não era verdadeiramente levada em conta na teoria psicanalítica. Penso que isso despertou aos poucos meu interesse pela questão da pulsão, pela relação entre a pulsão e a motricidade. Foram as crianças no período de latência e seu investimento considerável dos jogos motores e do controle motor que me deram essa idéia.

Paralelamente, para pagar minha análise, eu assumia muitos plantões numa pequena clínica psiquiátrica de luxo em Paris – que diziam ser uma clínica médica, mas, na verdade, era psiquiátrica – para o tratamento de depressões, alcoolismo ou toxicomanias de grandes figuras mundiais. Muitos políticos franceses e estrangeiros, homens de Estado, sauditas e outros vinham tratar-se nessa clínica, dirigida por um contemporâneo de Jacques Lacan, que o conheceu quando este era residente. Ele pintava um retrato bem engraçado de Lacan, contando como este era considerado um pouco louco na residência em Sainte-Anne. Sainte-Anne era um lugar pavoroso, quase uma prisão, onde eram encerrados os doentes mentais nos anos de 1935-1936. Havia realmente pouco brilho nesse lugar. À noite, os residentes tinham de se deslocar de um pavilhão ao outro e, para isso, recebiam uma espécie de capa que chamavam de *capote* feito de um tecido azul enrugado de má qualidade. Lacan, então, mandou fazer um capote de ratina, um excelente tecido, sob medida, sobre o qual ele usava uma grande *echarpe* branca. Era engraçado. Tudo isso para frequentar um lugar sórdido, terrível, não era um lugar para se estar elegante. Esse homem me ensinou empiricamente sobre a psiquiatria que encontramos no consultório, não a que encontramos no hospital. Isso me interessou muito.

Durante esses anos de formação, além de tudo isso, eu fazia parte de um pequeno grupo de trabalho junto com Philippe Jeammet – que se tornou professor de psiquiatria –, Bernard Brusset – membro da Sociedade Psicanalítica de Paris ainda hoje –, Gerard Lucas – que foi diretor do serviço do *XIII*º durante muito tempo – e Michel Ody. Éramos cinco e nos encontrávamos uma vez por mês em princípio, para discutir um artigo ou um texto, mas, na verdade, falávamos de tudo. Refazíamos o mundo e trocávamos muitas idéias. Mantivemos laços de amizade muito fortes. Há sete ou oito anos, passamos um fim de semana juntos para ver o que cada um fazia, o caminho que tinha percorrido, para voltar a falar um pouco de nossas idéias. O grupo formou-se durante a formação e os encontros realizaram-se num período de cerca de quinze anos, entre 1970 e 1985. Aprendemos muito com nossa amizade, com o que tínhamos recebido de nossos pais e dos antigos, mas muito também com Diatkine, Lebovici e Evelyne Kestemberg.

No *XIII*º, Serge Lebovici e Paumelle traziam André Green para consultas. Como residente, fui encarregado de encontrar um paciente para apresentar a André Green quando viesse fazer essa consulta clínica. Foi muito interessante, Green nos enriqueceu com seu estímulo. Ele lia muito e nos fez ler Winnicott e Bion. Tinha idéias que, posteriormente, com o tempo, aprofundou. Sou profundamente reconhecido por tudo o que ele me ensinou nessa época.

RP – *E sua formação analítica e a supervisão?*

PD – Fiz minha formação analítica num momento de mudança do modelo de formação. Quando comecei, havia o sistema da pré-seleção. Era o modelo no qual se fazia a pré-seleção e depois se começava a formação. Aconselharam-me a fazer minha análise e a voltar depois, ou seja, pensavam que a pré-seleção não era algo muito bom. Então, fiz minha análise e, seis ou sete anos depois, fui aceito como aluno. Uma particularidade da formação, não na França, mas na Sociedade Psicanalítica de Paris, é a existência de supervisões de grupo. Aprendi muito com essas supervisões. Escolhi Evelyne Kestemberg como supervisora de grupo, que, no plano clínico, era muito interessante. Ela tinha uma memória extraordinária, lembrava-se de nossos casos melhor que nós. Fazia-nos lembrar coisas ditas por nossos pacientes meses antes, que nós mesmos tínhamos esquecido. Às vezes, era um pouco dura. Quando nos dizia “vou ser direta”, empalidecíamos. Ela era realmente clara. Aprendi muito com esse grupo. As trocas com os amigos e colegas das supervisões coletivas foram frutíferas porque formávamos uma frente comum contra a terrível Evelyne Kestemberg. Faziam parte desse grupo Annette Fréjaville – que trabalhou com psicanálise de crianças –, Chantal Lechartier e Guy Atlan – marido de Chantal, que abandonou a psicanálise para ficar na medicina e na fisiologia. Na verdade, eles ainda não eram casados na época, casaram-se anos mais tarde. Não é o mesmo Atlan que vocês conhecem pelos livros, mas são parentes. Guy Atlan está aposentado, mas era um excelente fisiologista, trabalhava com fisiologia respiratória, principalmente nas complicações causadas pela Aids.

Essas supervisões eram muito ricas para nós. Depois, fiz uma supervisão individual com Michel Renard, um homem bastante discreto também. Era pouco visto na Sociedade Psicanalítica de Paris, mas todo mundo o considerava um excelente analista, sensível, inteligente, afável e bom. Seus pacientes devem ter sido muito beneficiados com sua verdadeira bondade. Fiz então essas duas supervisões.

Quando fui eleito membro supervisor, percebi não estar verdadeiramente preparado para a supervisão. Então pedi a René Diatkine para me aceitar no seu grupo de supervisão coletiva, acompanhar com ele o grupo e observar como o dirigia. Durante dois anos, portanto, assisti ao grupo de supervisão coletiva de René Diatkine, com quem aprendi muito. Eu hesitava em abrir um grupo de supervisão coletiva, quando Diatkine adoeceu e fez uma hemiplegia. Numa manhã, sua paciente não ouviu mais nenhum movimento atrás de si, virou-se e o viu caído. Foi uma hemiplegia grave da qual ele nunca se recuperou. Nesse momento, propus ao Instituto retomar o grupo de René Diatkine, pois eu já conhecia os casos em andamento. Foi assim que assumi meu grupo de supervisão coletiva. Gosto muito

de realizar esse trabalho, porque é vivo e o grupo funciona como um amplificador. Cada membro do grupo é sensível a um determinado aspecto do material relatado e assim se consegue reconstituir o funcionamento do paciente. É uma experiência realmente rica.

RP – *E sua experiência como editor da Revista?*

PD – Quando André Green era presidente, constatou que a Revista não conseguia encontrar um modo de funcionamento satisfatório, tinha quatro diretores na época e não funcionava bem. Green pensou que devia ser reorganizada e pediu a uma única pessoa, Paul Le Guen para assumir a direção. Le Guen me convidou então para trabalhar no grupo de editores.

A *Revue Française de Psychanalyse* publica seis números por ano. Le Guen teve a idéia de ter doze editores, confiando a redação de cada volume da revista a dois editores. Foi o que fiz durante anos. Trabalhávamos em dupla, mas de vez em quando trocávamos de pares para que os números não tivessem sempre as mesmas duplas. O grupo era excelente e contava com Gérard Bayle e Jean Cournut como diretores adjuntos de Claude Le Guen, Marília Aisenstein, Claude Janin, Baranes, Pierre Chauvel. Além de o grupo ser bom, Claude Le Guen foi um excelente diretor. Sua fórmula de confiar cada número da revista a duas pessoas foi dinâmica, estimulava os dois editores, que tinham a impressão de construir realmente algo. Discutíamos, fazíamos reuniões periódicas, comunicávamos a Le Guen e aos outros o que estávamos fazendo, recebíamos críticas, conselhos sobre um determinado autor. Era realmente um grupo muito ativo.

O mandato de Le Guen terminou e, como os estatutos da Sociedade prevêm um mandato de quatro anos com re-eleição somente para mais um mandato de quatro anos (não se pode ser diretor da Revista por mais de oito anos; pensamos que deve haver uma renovação, que as coisas devem mudar), ele não pôde mais ser diretor. Apresentei-me então como candidato juntamente com um outro e fui eleito depois de vários debates. Retomei o mesmo sistema de Le Guen, mantendo dois editores por número e tentando melhorar o que podia ser melhorado, ativar e fazer com que as pessoas escrevessem.

RP – *O que faziam os editores?*

PD – O grupo de editores escolhia os temas de cada número. Os temas a serem escolhidos eram discutidos entre nós. Dois temas anuais não são escolhidos, são obrigatórios. Há o tema do Congresso de Língua Francesa, cujos atos são

publicados pela Revista, e o tema do colóquio anual interno da Sociedade Psicanalítica de Paris, que é escolhido pelos diretores científicos da Sociedade. Um número é reservado para cada um desses dois temas estabelecidos. Quanto aos outros números, a escolha é livre. Evidentemente, a escolha dos temas é fundamental para estimular os autores potenciais que precisamos encontrar. Alguns temas são muito importantes, mas não são atrativos; as pessoas dificilmente querem escrever sobre eles e a venda dos números torna-se difícil. Um dos números que fizemos e vendemos muito bem teve como tema a perversão narcísica. Todo mundo quis escrever sobre o assunto.

RP – *Gostaríamos de falar sobre a questão da venda da Revista em livrarias, pois sempre discutimos isso aqui. Um segundo ponto diz respeito aos artigos recebidos. Todos os artigos estão relacionados com o tema ou chegam outros artigos?*

PD – Este é um problema recorrente. Para vender a Revista, mesmo que seja por assinatura, mesmo que o público seja formado por psicólogos, psiquiatras, psicanalistas, o tema tem de ser atrativo e cada número deve ter um tema. As pessoas não compram uma revista que contenha simplesmente uma série de artigos, compram uma revista com um título, por exemplo, *A depressão na criança*, como um livro coletivo. Porém, de vez em quando, um autor escreve um artigo muito interessante sobre um outro tema, então tentamos encaixá-lo. Denys Ribas, meu sucessor, parece conseguir publicar em cada número um artigo escolhido por sua qualidade, por seu interesse, mas que fica à margem do tema. Até então tentávamos encontrar uma ligação com o tema. Quando recebíamos um belo artigo, tentávamos ver com que tema podia eventualmente estar relacionado, mas, às vezes, isso ficava um pouco artificial. Esse sistema parece funcionar, mas conseguimos publicar no máximo quatro ou cinco artigos desse tipo por ano. Pode não ser suficiente. Discutimos em dada ocasião – para abandonar a idéia em seguida – a possibilidade de fazer um número por ano sem tema, que contivesse simplesmente uma série de bons artigos. Para a Revista de uma Sociedade que se dirige aos seus membros, penso que é possível fazer isso, mas para vender fora é mais difícil, um número assim não será comprado.

RP – *Quanto à escolha dos temas? Quem os escolhe?*

PD – A escolha dos temas é arbitrada pela comissão de redação e pelo diretor da Revista, que eventualmente pode dizer: “Devemos fazer assim”.

RP – *Os artigos são encomendados?*

PD – A experiência mostra que os artigos têm de ser solicitados. Os temas são divulgados e anunciados para que cada um possa propor um artigo, mas, se fizermos apenas isso, não temos nada. É preciso obrigar as pessoas a escrever. É preciso fazer convites pessoais e dar telefonemas para perguntar em que pé anda, como vai o artigo.

RP – *Vocês também convidam colegas estrangeiros?*

PD – Convidamos também autores de língua francesa na Suíça, na Bélgica e na Itália. Além disso, traduzimos artigos, por exemplo, artigos italianos de Stefano Bolognini, de Canestri. Mas Canestri escreve em francês e fala um francês perfeito; vive na Itália, mas vem frequentemente a Paris, onde mora sua filha. Nós o encontramos com muita frequência.. Enfim, pedimos artigos para muitos colegas estrangeiros, para alguns ingleses que conhecemos bem, como Michael Parsons, Roselyn Carlberg e para outros que não conhecemos tão bem. Uma das dificuldades, nas reuniões da comissão editorial, está no fato de que sempre pensamos nas mesmas pessoas.

RP – *Como vocês fazem para avaliar um artigo?*

PD – É quando recebemos um artigo ruim que fazemos inimigos. Há dois casos. Ou o artigo não é bom, mas tem algumas idéias boas e pode ser melhorado – neste caso, conversamos com o autor e lhe pedimos para fazer modificações ou mudanças, etc. Ou o artigo é definitivamente ruim e é impossível aceitá-lo. Discutimos, tentamos muitas maneiras de recusar, mas essa não existe. Se nos damos o trabalho de fazer uma crítica do artigo recusado, dizendo por que não podemos publicá-lo, além de ganharmos um inimigo, a carta que enviamos é mostrada para todo mundo: “Olhem o que dizem do meu artigo”. Eu tomei a posição de dizer aos editores que nunca eram eles que recusavam, era eu, o diretor, que recusava. Os editores podem aceitar, mas o único que recusa é o diretor. Assim, somente uma pessoa faz inimizades. É mais econômico para a vida da Sociedade.

Há duas maneiras de recusar um artigo. Podemos dizer à pessoa que não está bom, que um dia, quem sabe, poderá retomá-lo e melhorá-lo. “Por que não está bom?” Nós não o achamos bom, podemos estar enganados, mas, certos ou errados, não aceitamos. Não é uma atitude hipócrita, mas fazemos um inimigo. A outra maneira – embora criemos menos inimizades – é o método hipócrita que consiste

em dizer que tivemos de escolher entre vários artigos que tratam mais ou menos do mesmo assunto e que, além disso, tal autor já teve um artigo seu publicado seis meses antes. Também fazemos inimigos, mas, neste caso, não mostram a carta para os colegas e dizem simplesmente que Paul Denis é insuportável, que não se pode discutir com ele. Mas é melhor que uma carta para que possam dizer: “Veja o que me escreveram”.

RP – *Quem se encarrega da avaliação dos artigos?*

PD – No caso dos artigos encomendados, a avaliação era feita primeiramente pelos dois editores, que os liam e, se os achassem bom, os apresentavam à discussão. Não podiam ser apresentados dois artigos exatamente iguais, que dissessem a mesma coisa. Era preciso escolher. Em princípio, se o artigo era bom, não precisava ser relido. Em contrapartida, se as opiniões dos dois editores discordavam, o artigo precisava ser relido.

RP – *Vocês não utilizam o sistema de peer review?*

PD – A *peer review* foi utilizada e é utilizada. Atualmente, Denys Ribas tenta implantá-la. Eu desisti de utilizá-la porque, para os artigos franceses, reconhecemos o autor já na segunda linha, mesmo que tentemos mantê-los anônimos. Quando lemos um artigo de alguém que conhecemos, ouvimos a voz da pessoa na leitura. Sempre reconhecemos e, então, o anonimato não ajuda muito. Por outro lado, pode ser útil quando, eventualmente, a leitura é feita por alguém que não faça parte da comissão editorial da Revista e que não conheça o autor em questão.

Na verdade, identificamos logo tanto um artigo quanto um mau artigo. Teoricamente, o sistema da *peer review* é muito bom, penso eu, para um jornal internacional, como o *International Journal of Psychoanalysis* – e até mesmo indispensável – mas, para uma revista regional como a *Revue Française* – que é uma revista européia, mas institucional com leitores de língua francesa – creio que é muito trabalho para pouco resultado.

RP – *Quantas revistas psicanalíticas existem na França?*

PD – Se considerarmos as sociedades da IPA ou próximas da IPA, existe a *Revue Française*, que imprime dois mil exemplares para cada número. Temos uma situação vantajosa, porque todas as bibliotecas do mundo são assinantes desde 1928 e não cancelam a assinatura. Então temos cerca de seiscentas ou setecentas

assinaturas institucionais pagantes. Os outros assinantes são principalmente franceses. Há cerca de mil assinaturas francesas e entre trezentas e quatrocentas no exterior. Portanto, a *Revista* ganha dinheiro. As livrarias também ganham – quando vendem –, pois a *Revista* é comercializada em livrarias. É o que chamamos de *venda por número*. Alguns números são bem vendidos, mas, atualmente, devido à crise das livrarias na França, há uma queda regular. As livrarias fecham uma após a outra, por causa da *Internet* e porque as pessoas lêem cada vez menos. Além disso não é um negócio lucrativo, pois é preciso vender milhares e milhares de livros com poucos vendedores para obter lucro. Então, diminuem os pontos de venda. A *Revista* chega a um ponto de venda e, quando é vendida, o livreiro fica satisfeito, mas não encomenda um segundo exemplar. Dessa forma, a venda por número se tornou difícil.

RP – *Como é que vocês procedem com os casos clínicos?*

PD – A *Revista* nunca teve aborrecimentos com casos clínicos, mas um de nossos colegas teve um problema grave com um livro. Ele publicou, em um de seus livros, o caso de uma paciente, mascarando-o um pouco. Essa paciente era paranóica, aliás, como bem mostrou a seqüência dos fatos. Apesar de ter dito que tudo fora mudado, ele manteve o detalhe exato de que ela sempre carregava uma faca na bolsa. A paciente abriu um processo contra ele alegando que esse sinal permitia que todos os amigos dela a reconhecessem. Muitas pessoas podem carregar uma faca na bolsa, mas a paciente processou o colega e, por cumplicidade, a Sociedade Psicanalítica de Paris porque esta não o expulsou da *Revista*. A Sociedade ganhou e foi absolvida, mas o colega recebeu uma condenação leve. Foi condenado porque o tribunal considerou que o livro tinha sido publicado numa coleção destinada ao grande público e não a especialistas. Ou seja, na França, até hoje, se um caso clínico que possa ser reconhecido for publicado numa revista especializada destinada a especialistas, isso será facilmente aceitável porque uma publicação científica deve poder contar histórias de casos.

Então, meu sucessor, Denys Ribas, redigiu um pequeno texto para enviar aos autores, explicando que os casos clínicos devem ser apresentados de modo que ninguém, além do próprio paciente, possa reconhecê-los. O paciente sempre poderá reconhecer-se.

RP – *O paciente é consultado?*

PD – Isso depende do analista, cabe a ele avaliar. É uma questão delicada porque pedir autorização a um paciente lhe dá o direito de recusar, além de ser uma forma de sedução: “Você é tão interessante!” É difícil. Alguns colegas pedem autorização, mas, em geral, não se pede. Modifica-se o caso, mas é claro que não se pode modificar completamente um sonho, senão ele perde todo o significado. Portanto, sempre existe o risco de o paciente reconhecer seu sonho. O princípio básico, então, é o de que somente o paciente possa reconhecer o caso. Há um segundo princípio segundo o qual o texto não pode conter nada que desqualifique a pessoa ou que venha a desqualificar o trabalho analítico realizado até o momento. É verdade que *desqualificar* é um termo subjetivo, mas tudo envolve apreciação subjetiva numa situação como essa. Os critérios nunca são verdadeiramente objetivos. Simplesmente, o colega dissera em seu livro que a paciente não era analisável, que o trabalho analítico era quase impossível com ela. Não me lembro mais dos detalhes, mas o tribunal considerou que, apesar de tudo, o fato de pensar que todo o tempo de análise não teria servido para nada poderia ferir a pessoa. Por isso, não desqualificar o trabalho feito pelo paciente em análise, nem apresentar algo que insulte ou desvalorize. Se descrevermos algo de que o paciente se queixa – por exemplo, sua dificuldade de manter um trabalho, o fato de se zangar com os padrões –, isso não o desqualifica. Porém, se acrescentarmos um comentário do tipo “Ele tem um gênio impossível, é insuportável com todo mundo”, a situação é diferente. Foram esses os pontos essenciais que Denys Ribas estabeleceu para aconselhar a modificação dos casos. O fato de se tratar de uma revista científica já ajuda, apesar de tudo.

RP – *Você pensa que é diferente de publicar num livro? Porque há livros psicanalíticos...*

PD – É verdade, mas o livro desse colega fazia parte de uma coleção publicada por uma editora (mulher) chamada Odile Jacob, que está em voga e cujos livros são muito divulgados. Isso contou na decisão da justiça, embora esta tenha sido clemente. Penso que talvez o colega tenha sido condenado como uma forma de protegê-lo, porque, caso tivesse sido absolvido, a paciente tão louca teria continuado a atacá-lo. É verdade que isso custou muito caro para o analista.

RP – *Como o senhor vê a publicação de textos psicanalíticos na Internet ou a edição de revistas eletrônicas?*

PD – No que diz respeito aos artigos publicados na *Internet*, é preciso tomar um cuidado ainda maior com a questão dos casos clínicos. Com os motores de busca, qualquer paciente pode digitar o nome do seu analista e baixar os artigos. E se ele se reconhecer? Há problemas de todo tipo. É difícil saber como as coisas vão evoluir. De fato, a publicação na *Internet* é muito cômoda. É fabuloso poder consultar na *Internet* qualquer revista, como o *International Journal*, no modelo *peer to peer archive*, encontrar tudo, toda a literatura inglesa. É uma ferramenta extraordinária, mas será que uma revista pode facilmente implantar um sistema de pagamento ou de compra de um artigo? É possível fazer uma assinatura *on line* de uma revista. É o que faz o *International Journal*. Mas um assinante [virtual] pode beneficiar dez pessoas com sua assinatura, ao passo que um exemplar de uma revista em papel é guardado, não é dado. Podem-se fazer fotocópias, mas não se fotocopiar a revista inteira. É evidente que na *Internet* pode-se piratear muito mais. Então quem vai pagar? É claro, poderíamos imaginar a *Revue Française de Psychanalyse* unicamente *on line*. A editora *Presses Universitaires de France* (PUF) pararia de publicá-la e o papel seria economizado. As pessoas fariam uma assinatura *on line* e teriam acesso às páginas contendo documentos em *pdf* para *download* à vontade. Isso seria possível. Talvez seja o futuro de muitas revistas, mas, por enquanto, o papel continua um suporte útil, e nossa Revista é fiel a ele. O problema principal é o custo. Um simples boletim interno da Sociedade, incluindo a impressão do papel, o envio postal, tem um custo altíssimo. Do ponto de vista da editora, o mais caro é a editoração, o trabalho de correção, etc. O trabalho das comissões editoriais é gratuito. Quando a secretária editorial é eficiente, ela pode fazer um excelente trabalho de apresentação da revista. Também poderíamos imaginar, a rigor, uma revista gratuita *on line*. Isso seria possível. Penso que este será o futuro do boletim interno da Sociedade. Talvez a Sociedade Psicanalítica de Paris esteja cometendo um erro ao imprimir seu boletim. Só que todo mundo teria de ter acesso à *Internet*.

Eu gostaria de voltar à questão do *fazer escrever*, que é um problema essencial. De certa forma, a Revista é feita para os leitores e para ensinar, mas também é feita para formar as pessoas, e escrever é muito formador. Escrever um artigo, trabalhar uma questão, formatá-la e publicá-la é algo importante.

O Congresso de Psicanalistas de Língua Francesa – no qual Luciane Falcão costuma estar presente – tem como um de seus objetivos solicitar que alguém faça um relatório aprofundado sobre uma dada questão. Vamos trabalhar sobre a perversão narcísica, então vejamos o que diz Racamier. Que outros autores abordam essa noção? Como? O que poderíamos dizer hoje? Não será uma noção muito psiquiátrica? Como encará-la se nos situarmos do ponto de vista metapsicológico?

Como articulá-la com a patologia narcísica em geral? Por que perversão? Um trabalho desse tipo pode ser solicitado uma vez por ano a uma ou duas pessoas e ser interessante. Penso que é formador para quem o faz. Meu trabalho sobre a dominação resultou de um relatório de Congresso. É muito estimulante trabalhar assim. Isso não abrange todos os assuntos e, principalmente, não se pode abordar um assunto em sua totalidade, mas me parece fundamental tentar encontrar entre os alunos, membros jovens, pessoas que concordem em trabalhar sobre uma noção e desenvolvê-la. Lembro-me de ter me sentido apoiado quando Lebovici me pediu para trabalhar sobre a questão da latência. Depois, Evelyne Kestemberg me pediu para escrever sobre a homossexualidade primária, assunto do meu primeiro artigo publicado na Revista a pedido dela. Fiquei completamente envolvido e comecei a trabalhar. Meu artigo poderia não ter sido publicado, ter sido considerado insuficiente pela direção editorial da Revista, mas me enriqueceu muito. Annette Fréjaville, sob a direção de Kestemberg como eu, também escreveu um artigo sobre a homossexualidade primária, mas o enfoque dela foi diferente. Nós dois tivemos prazer em realizar esse trabalho, aprendemos muito. Penso que devemos fazer com que os jovens escrevam artigos, mesmo que não sejam muito longos.

RP – Nos congressos de língua francesa, o editor toma a palavra para anunciar os temas dos próximos congressos com muita antecedência. Aqui não temos isso. Como podemos fazer?

PD – Penso que poderia haver algo análogo na vida científica da Sociedade, como colóquios que vocês organizariam de vez em quando para tratar de um tema. Poderia haver uma espécie de oficina de escrita.

RP – Quanto à importância da Revista para a Sociedade Psicanalítica de Paris? Pensamos que a Revista reflete a psicanálise francesa, não?

PD – A Revista tem um papel muito importante. Trata-se de um papel de identidade. É a Revista da Sociedade. Ela tem uma função externa, ou seja, a divulgação do pensamento da Sociedade, mas também tem uma função interna, pois faz com que as pessoas trabalhem. Para os membros da Sociedade, é importante ter um artigo publicado na Revista, mesmo que nem sempre seja lido, mas o fato de ter sido publicado conta muito. Não sabemos exatamente o valor de um artigo quando o publicamos, mas é curioso como às vezes há repercussões e outras vezes não. Por vezes, um colega lhe diz que o artigo é muito bom, mas isso é raro. Penso que devemos fazer com que as pessoas escrevam. Vocês podem utilizar a oficina

de escrita, mas talvez seja preciso encontrar uma fórmula diferente. Por exemplo, formar pequenos grupos de trabalho sobre o tema de um colóquio futuro e observar as idéias que surgem, tentando estimular aqueles que lançam uma idéia a escrever a respeito, a apresentar um caso clínico.

RP – *Em relação à política de publicação, quando vocês têm artigos muito interessantes, mas totalmente novos, é fácil publicá-los, mesmo que não traduzam a identidade da Revista?*

PD – Não faz mal. Isso mostra que a Sociedade aceita a discussão, que esta faz parte da vida. Já fizemos isso, mas algumas vezes tivemos problemas com membros da Sociedade porque a situação foi discutível. Lembro-me de um caso difícil entre Jean Laplanche e André Green. Green fizera críticas muito negativas a Laplanche em um de seus livros. Um dia, recebo um telefonema de Laplanche, que me diz que ele gostaria de dar uma resposta a Green sobre as coisas que este publicara em seu livro e me pergunta se eu publicaria um artigo de resposta. Respondo afirmativamente e digo que a Revista existe para isso, que ela é um espaço de debate e de polêmica. Ao receber o artigo de Laplanche, vejo que é ácido e agressivo e penso que, se o mostrasse a Green, este impediria a publicação. Então, esperei. Quando Green soube, não pôde impedir, porque o material já estava impresso e ficou muito incomodado. Isso aconteceu há mais de dez anos. Aceitamos, então, que ele respondesse à resposta e publicamos seu artigo. Foi uma decisão editorial muito difícil! □

Tradução de **Vanise Dresch**
Revisão técnica de **Luciane Falcão e Tula Bisol Brum**

Paul Dennis
7 rue de Villersexel
75007 – Paris – France
e-mail: paul.denis5@wanadoo.fr

© Revista de Psicanálise – SPPA